O TURBILHÃO CHINÊS E O MUNDO PÓS-YALTA. AS TRANSFORMAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO

*Severino Bezerra Cabral Filho**

"Qualquer dado, qualquer estado produzido, constituem uma realidade exterior concreta que implica, por conseguinte, uma inumerável quantidade de circunstâncias. Todo o elemento isolado que se apresenta como condição, origem ou causa de uma dessas circunstâncias e que contribui, portanto, com algo que lhe é próprio, pode ser considerado como responsável ou, pelo menos, como tendo a sua parte de responsabilidade. A inteligência formal em presença de uma realidade complexa (a Revolução Francesa, por exemplo) tem a escolher entre um número indefinível de circunstâncias às quais poderá imputar a responsabilidade do acontecimento." (Hegel, Princípios de Filosofia do Direito.*)*

Os acontecimentos ocorridos na Praça da Paz Celestial de abril a junho de 1989 mostram as circunstâncias que determinam a conjuntura política na China e no mundo. Vivemos o momento da ultrapassagem de *Yalta* e *Postdam*, com a superação dos impasses da Guerra Fria, que geraram a ameaça de extermínio da humanidade à sombra dos arsenais nucleares norte-americanos e soviéticos. No horizonte do final do século, delineia-se um nova realidade mundial.

Como pano de fundo dessa realidade, assistimos ao colapso da forma stalinista de poder, paralelamente à diluição da política social-democrata de reforma do sistema capitalista, e, como contrapartida, à emergência da hegemonia liberal (econômico-financeira, tanto quanto político-militar e científico-filosófica), que alimenta, sem resolver, a crise do sistema internacional.

É nesse contexto que se pode analisar os acontecimentos recentes que desestabilizaram a política do partido e do Estado na China Popular. Quarenta anos depois da criação da República Popular, resultado de uma longa guerra civil de mais de três décadas, o Partido Comunista Chinês, sob a liderança de Deng Xiaoping, sofre a mais séria contestação ao seu poder como força dirigente da sociedade e do Estado.

* Consultor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

A crise política atual do regime chinês, que se insere numa mais vasta crise geral do movimento comunista, tem sua origem na queda do "Bando dos Quatro", ocorrida logo após a morte de Mao Zedong, em 1976.

O afastamento da ala esquerda do PCCh, liderada pela viúva de Mao, Jiang Qing, e pelo teórico Zhang Zhongqiao, devolveu o poder à velha guarda dos veteranos da Longa Marcha e aos quadros administrativos e políticos formados pela liderança de Zhou Enlai. Contudo, parte da direção do partido, chefiada por Hua Guofeng e Wang Dongqing, e que representava a ortodoxia maoísta, foi logo superada por ocasião da realização do 3º Pleno do XI Congresso do PCCh. Deste surge uma coalizão majoritária unida em torno da figura de Deng Xiaoping, que passa a controlar efetivamente o poder do Estado.[1]

Esse controle é vital para a consecução dos planos elaborados em torno do projeto das "quatro modernizações" (da indústria, agricultura, ciência e tecnologia e defesa nacional) e se manifesta na consolidação de uma nova linha geral, que rompe com as diretrizes defendidas por Mao desde o período do Grande Salto para a Frente: o modelo de desenvolvimento auto-sustentado e igualitário, baseado na continuidade da revolução e da luta de classe na China Popular. A nova linha geral direciona toda a atividade para a construção das bases da industrialização e propõe uma política de frente única baseada no princípio de estabilidade e unidade. O resultado imediato consistiu numa ampla reforma econômica e na abertura da China.[2]

As novas diretrizes apontadas por esse congresso, inclusive a idéia do desenvolvimento da civilização socialista no espiritual, desembocam no projeto da reforma política do regime. Os princípios reafirmados na nova Constituição e nos estatutos do partido propõem a defesa da via socialista; da ditadura democrático-popular (a Constituição do "Bando dos Quatro" defendia a passagem à ditadura do proletariado); a manutenção do papel dirigente do Partido Comunista, bem como do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Zedong.

Em 1982, o XII Congresso consagra a nova linha e elege uma nova direção, tendo à frente Deng Xiaoping, o novo Grande Timoneiro. A distribuição dos papéis apresenta uma novidade: o reaparecimento da função do secretário-geral e a eliminação do cargo de presidente do partido. Para aquele posto é confirmado Hu Yaobang, antigo e ativo colaborador de Deng Xiaoping. A chefia do governo é ocupada por Zhao Ziyang, outro discípulo de Deng, evitando assim a acumulação das funções de chefe do governo e do partido. Deng Xiaoping à frente da Comissão Militar detém o poder máximo de decisão partidária, como Mao Zedong no período anterior. Ao lado dele, outros três veteranos da Longa Marcha: Ye Jianying, Li Xiannian a Chen Yun.

A implementação da reforma econômica e da abertura ao exterior arquitetada por Deng Xiaoping fica a cargo do primeiro-ministro e do secretário-geral. Contudo, a execução da nova política, tanto do lado da instância partidária como do sistema administrativo de governo, mostra-se complexa e problemática.

A dinâmica da reforma econômica, cujo ritmo é acelerado, impõe riscos à direção política do Estado e do partido. Sob a inspiração dos partidos ocidentais, a direção do PCCh, imprime um ritmo de mudança na base econômica e na estrutura ideológica e abre caminho para uma crescente *liberalização* da China Popular.

As propostas de reforma do aparelho de Estado acenam para a introdução do sistema parlamentar e pluralista. O conjunto dessas reformas, que antecipam a *perestroika* e a *glasnost*, provoca uma onda de apoio nos diversos setores da opinião política ocidental.

Paralelamente, a reforma da estrutura econômica implanta o "sistema de responsabilidade", o que permite a volta da propriedade familiar camponesa. O sucesso viria com a elevação da produtividade e a acumulação das maiores safras agrícolas da China. Por outro lado, o começo da reestruturação do sistema industrial eleva a taxa de crescimento do setor

a 15% ao ano, o mais alto nível de desenvolvimento alcançado na década de 80 por qualquer país industrializado ou em desenvolvimento. O conjunto dessas reformas e a abertura ao exterior, com a integração da China Popular no circuito internacional dos capitais, abrem novo curso para o desenvolvimento do Estado chinês.

As propostas reformistas ganharam apoio da intelectualidade e dos quadros formados sob a nova direção. O impulso do movimento reformista vinha também da pressão a favor da liberalização do regime e do combate ao burocratismo, ganhando adesão de lideranças estudantis e de personalidades do mundo cultural e do partido.

Os conflitos entre reformistas e ortodoxos logo chegariam ao auge em 1986, dez anos depois da morte de Mao Zedong, com manifestações de estudantes reprimidas e que tiveram como desfecho a derrubada do secretário-geral Hu Yaobang, revelando a extensão do conflito no interior do PCCh.

Sua substituição por Zhao Ziyang na chefia do partido revelou a preocupação de se manter um equilíbrio entre as alas. Ao lado de Ziyang, como chefe do governo, ascendia ao poder Li Peng, um representante da nova geração, ligado, porém, por laços familiares (filho adotivo de Zhou Enlai) e políticos à maioria ortodoxa do Comitê Central.

O drama se avizinha do desfecho com os problemas revelados pela crise econômica. A rápida desestabilização causada pela inflação e a especulação introduzida pela reforma econômica levaram a um confronto e a uma decisão: a de impor o controle sobre a economia.

Por fim, no ano de 1989, dois acontecimentos se dão em Beijing, de enlace histórico e mundial: a visita de Gorbachev, consagrando a normalização das relações entre os dois maiores partidos comunistas no poder, e o "movimento pró-democracia", que desencadearia a vaga de desestabilização dos regimes socialistas, cuja seqüência levaria à queda de todas as direções comunistas do Leste Europeu – de Berlim a Bucareste.

O desenrolar da crise nesse momento (abril-junho de 1989) encontrará o movimento estudantil dissidente com apoio e influência junto à população e à facção reformista. O *bureau* político apresenta-se dividido com o secretário-geral e vice-presidente da Comissão Militar, Zhao Ziyang, disposto a acolher as reivindicações da liderança do movimento. A maioria do Comitê Central, porém, se unifica em torno de posição contrária, defendida pelo primeiro-ministro Li Peng e pelo presidente da República, Yang Shankun, que define o movimento como uma sedição contra-revolucionária que põe em questão o partido como força nuclear do Estado popular e o regime socialista chinês. Essa posição ganha o apoio de Deng Xiaoping, o inspirador de toda a política de reforma do Estado chinês pós-Mao.

A gravidade da cisão aberta no partido e no Estado arma o cenário para a definição pelas armas, com a convocação do Exército Popular para a repressão do movimento.[3]

As graves crises vividas desde a época do Grande Salto e da Revolução Cultural até a queda do Bando dos Quatro jamais puseram em questão o papel dirigente do partido. Até mesmo no auge da Revolução Cultural, quando o aparelho partidário foi tomado de assalto pelas organizações de massa, não se tratou de alterar seu papel dirigente, mas sim de mudar sua política e seus quadros. O episódio da Comuna de Shangai é nesse sentido mais do que esclarecedor, pois a intervenção de Mao Zedong foi no sentido de defender a necessidade do partido na construção do socialismo na China, sem o que o país caminharia para o caos, a fragmentação e uma nova guerra civil.

A crise atual se instala exatamente dez anos decorridos do 3º Pleno do XI Congresso do PCCh, quando se impôs a nova linha geral, deslocando o eixo de gravidade da ação partidária da luta de classes para a construção de uma base de apoio estável e unitária ao programa das "quatro modernizações", que visava quadruplicar o PIB chinês até o final do século. Esse amplo programa de reforma reintegrou a China na economia mundial e permitiu a elevação do ritmo de desenvolvimento in-

dustrial e agrícola sem, contudo, modificar o seu lugar no *ranking* mundial. A China e a União Soviética são dois países de economia não-capitalista que fazem parte da lista dos dez maiores Estados industriais do mundo. O Brasil se situa logo após a China Popular.

Inspirado na liderança de Deng Xiaoping, o novo curso da economia chinesa restaurou a troca mercantil regulada pelo mercado e restringiu o planejamento. Saudada pela comunidade financeira internacional, a entrada da China no FMI não abalou as bases da instituição-mor do capital. Mas o livre curso da economia de mercado, que fez o homem comum chinês deparar-se com o fenômeno da inflação pela primeira vez desde o fim da guerra civil, liberou forças que produziram a crise, cuja repercussão ganhou dimensão mundial, abrindo o ano da ruptura com o "incidente de Tiananmen".

Ao examinarmos esses acontecimentos à luz do contexto internacional, e principalmente dos fenômenos recentes na Europa do Leste sob o "efeito Gorbachev", nos deparamos com três níveis de problemas. O primeiro é o próprio caráter da formação de um Estado moderno saído do mundo agrário, pré-capitalista e não-europeu, como é o caso da China. O segundo é o da via socialista de desenvolvimento, seus impasses e suas saídas. O terceiro é o da inserção desse Estado num contexto internacional que tende a limitar o aparecimento e até mesmo a decretar a morte do Estado-Nação.

Em relação ao terceiro nível de problemas, podemos observar que o ponto de encontro da "revolução neoconservadora" promovida por Reagan e Thatcher com a "reestruturação" gorbacheviana orienta a tônica dos acordos estabelecidos entre as duas superpotências na direção de uma ampla gestão condominial do mundo. A própria integração européia é vista como um fator de unificação do mundo industrializado, ao qual se pensa agregar o bloco socialista liderado pela União Soviética. Fora do sistema fica exatamente o resto, ou seja, o mundo em desenvolvimento.

As recentes transformações operadas no *glacis* soviético (compreendendo a Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Alemanha Oriental e, por força do golpe de Estado que derrubou Nicolau Ceausescu, a Romênia) mostram a inclinação da "Casa Comum Européia" no rumo de uma integração que vá do Atlântico aos Urais.

No caso da crise chinesa temos uma particularidade: apesar de a aplicação da lei marcial e a intervenção do exército chinês em 1989 terem provocado centenas de vítimas civis, que atraíram a atenção, comoveram o mundo e ocasionaram sanções por parte da Comunidade Econômica Européia e dos Estados Unidos, a seqüência dos acontecimentos mostrou o quanto os dirigentes dos Estados ocidentais e das empresas transnacionais levaram em conta o peso geoestratégico da China Popular e sua importância para a estabilidade e a paz mundial.

Por outro lado, demonstrou que as condições em que ocorreram as defenestrações das lideranças comunistas da Europa Central e do Leste não foram determinadas exclusivamente pelo microclima interno, ou seja, o desgaste provocado pelo regime de partido único e sua crise, mas também pelo jogo das pressões e contrapressões resultante da redefinição estratégica envolvendo o macrossistema do poder mundial no pós-Yalta.

Nesse sentido pode ser entendida a operação "justa causa", que derrubou o general Noriega no Panamá, e a pressão que os países do Leste Europeu exerceram sobre a Romênia, provocando o golpe de Estado que decretou o fim do regime e da liderança de Ceausescu. Nos dois casos, sentimos a vontade condominial de normalizar pela força, se necessário, mesmo que a *contrario sensu* do direito e da norma internacional. O amplo consenso de que essa posição desfruta hoje junto aos países industrializados aponta para uma longa e difícil etapa do desenvolvimento de países que, como a China e o Brasil, tentam construir, com algum grau de possibilidade de êxito, um mega-Estado, única forma de escapar da dependên-

cia e da submissão à divisão internacional do trabalho entre as nações, às vésperas da "Terceira Revolução Industrial".[4]

A viabilização de uma base industrial moderna avançada num país de mais de um bilhão de habitantes, que há menos de um século pôs fim à estrutura de um Estado tradicional com a idade de nossa era, é um desafio não só à humanidade chinesa, mas ao conjunto da civilização planetária. Essa tarefa ciclópica mobiliza a liderança chinesa e sustenta sua pretensão de dirigir os destinos da quarta parte da população mundial.

Parece evidente, portanto, que a hegemonia liberal – o "sonho do milenarismo liberal" expresso no célebre enunciado de inspiração hegeliana do nipo-americano Francis Fukuyama sobre o "fim da História" – deverá se chocar com a realidade do advento de um mega-Estado central e poderosamente planejado, que oporá ao Ocidente uma cultura multimilenária baseada numa teoria do sujeito que escapa ao universalismo abstrato do conceito "iluminista" do homem.

NOTAS

1. A crise de 1976, que levou à derrubada do chamado "Bando dos Quatro (Wang Hongwen, Yao Wenyuan, Zhang Zhongqiao, Jiang Qing), fez assumir o poder uma coalização representada por veteranos da Longa Marcha e quadros mais jovens não cooptados pela "ultra-esquerda". Essa coalizão recuperou Deng Xiaoping e realizou o XI Congresso. O *bureau* político retrata esse momento transitório: Hua Guofeng, que acumula as funções de presidente do PC e chefe do governo, Ye Jianying, Deng Xiaoping, Li Xiannian e Wang Dongxing.

2. Os "Quatro Princípios Cardeais" e os "dois pontos" fundamentais constituem um núcleo estratégico de idéias básicas que, como objetivos nacionais permanentes, orientam a política do Estado. Eles pertencem ao domínio da doutrina, ou pensamento-guia, o chamado "pensamento Mao Zedong". Os "quatro princípios", inscritos na Constituição de 1982, mantêm o regime socialista e o papel dirigente do Partido Comunista como pilares da construção de um Estado de ditadura democrático-popular (ou seja, de frente nacional com a burguesia interna e da "diáspora"), tendo como cimento ideológico o "marxismo-leninismo" em sua versão "sínica". Os "dois pontos" – a reforma econômica e a abertura ao exterior – definem, a partir do 3º Pleno, a linha geral de construção de uma ampla base industrial, tendo como preocupação principal demover os obstáculos à participação dos capitais privados nacionais e internacionais e à inserção da China no mercado mundial.

3. A reestruturação do núcleo dirigente após a crise representou a afirmação vigorosa dos setores ortodoxos do regime liderados por Li Peng e Yang Shankun, que denunciaram os rumos da "liberalização burguesa" e da "ocidentalização da China". A nova posição central, que se consolida com a destituição do secretário-geral Zhao Ziyang e amplo expurgo no aparelho partidário, aponta para uma estabilização da situação política com saneamento da economia, visando ao controle sobre os efeitos desestabilizadores da reforma econômica.

A mudança do microclima interno, com a supressão dos movimentos de oposição ao regime, é acompanhada da formação de um nova equipe dirigente, com um novo secretário-geral, Jiang Zeming, e da consolidação do poder da "velha guarda", através do presidente da República, Yang Shankun, e da renovada liderança ortodoxa, na figura do primeiro-ministro, Li Peng.

Os últimos movimentos dessa crise se encerram no interior do Partido com uma nova composição em torno da poderosa Comissão Militar. Com a renúncia de Deng Xiaoping, assume a Presidência da Comissão o atual secretário-geral, Jiang Zeming, tendo com vice-presidentes Yang Shankun, Liu Huaqing e Yang Baibing – respectivamente, presidente da República, comandante das Forças Navais e comissário político da Zona Militar de Beijing.

4. Quando se afirma a "hegemonia liberal" sobre o sistema de relações interestatais, é posta a questão de uma nova turbulência da vida política internacional. A "hegemonia liberal" favorece a concentração de poder e impede a democratização das relações internacionais. No limite, paralisa o processo de construção das economias nacionais e reinstaura a recolonização no lugar do desenvolvimento. À sombra das superpotências e do mundo industrializado se ergue uma ordem baseada na prevalência da grande corporação multinacional e na integração forçada de países e povos numa ordem econômica extremamente desigual. O processo de reincorporação das economias socialistas a essa ordem alimenta essas contradições sem resolvê-las.

Para compreender o estado de coisas criado pela estrutura do sistema mundial, 45 anos decorridos da guerra mundial que a gestou, os chineses formularam o conceito de "hegemonismo". Por "hegemonismo" en-

tendem a busca de um poder ilegítimo fora da legalidade existente. Assim, os estatutos da ordem internacional determinam a igualdade das nações e o respeito à soberania dos Estados-membros da comunidade das Nações Unidas. No entanto, o "hegemonismo" praticado pelas superpotências ignora a carta da ONU e reintroduz a todo o momento o uso da força para regular os problemas políticos e institucionais de países soberanos. Na verdade, para estabelecer um limite ao desenvolvimento desses países.

Sem desenvolvimento para a maioria não haverá como consolidar a paz e a democracia no mundo. O espectro da Terceira Guerra Mundial continuará a assombrar as novas e futuras gerações. Essa problematização das relações mundiais aponta para as duas questões-chave de nosso tempo: (1) como evitar a guerra mundial e o uso de armas nucleares e (2) como desenvolver o mundo saído do colonialismo, integrando-o de forma autônoma, independente, à economia mundial em vias de ser transformada pela terceira revolução técnico-industrial.

Como à época dos reinos combatentes na China Antiga, vivemos um tempo de profundas transformações na estrutura da civilização mundial. O fim do "hegemonismo" aponta, talvez, para uma síntese histórica nova – um (re)começo e um novo "fim" da aventura humana.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marília e FAVRE, Luis. (1989) *A Comuna de Pequim. A revolta dos estudantes contra os mandarins vermelhos*. São Paulo, Busca Vida.

ANION RESEARCH INSTITUTE. (1975) *Hierarchies of the people's Republic of China*. Hong Kong, Aniou Research Institute.

BEIJING INFORMA. (1987-1989), Pequim, vols. 25-27.

BRZEZINSKI, Zbigniew. (1989). *The grand failure; the birth and death of communism in the twentieth century*. Nova Iorque, Charles Scribner's Sons. Macmillan Publish.

CRITIQUE. (1989) "Chine 1949-1989". Paris, Éditions de Minuit, vol. 45, agosto-setembro, p. 507-8.

FUKUYAMA, Francis. (1989) "Resposta aos meus críticos". *Jornal do Brasil*, Suplemento Idéias/Ensaios, 17 de dezembro, p. 5.

HEGEL, G.W.F. (1976) *Princípios de filosofia do direito*. Lisboa, Martins Fontes.

KAHN, Herman. (1982) *A prosperidade está próxima*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

RAMSES – Rapport annuel mondial sur le systeme economique et les strategies. (1988), *Le monde et son evolution*. Paris, Institut Français des Relations Internationales.

XIAOPING, Deng. (1985) *Edifier un socialisme à la chinoise*. Beijing, Editions en Langues Etrangères.

SUMMARY

Turbulent China and the post-Yalta world: transformation and development

This article examines aspects of the crisis unleashed by the political reform movement in China, within the context of the turbulent transformations in the world order caused by the impact of the "Gorbachev Effect".

It analyses the political-institutional crisis from April to June 1989 which culminated in the decree of martial law, and its effects on the power structure of the Chinese State. It takes in the changes among the highest state officials and the first moments of a new period which began withe political decline of leader Deng Xiaoping.

The article considers the possibility of the formation of a new national consensus rooted in the imperative of building, within a very brief period of time, a Super-State. This possibility would put an end to the counter-tendency of "liberal hegemony" in international relations.

RÉSUMÉ

Le tourbillon chinois et le monde de après-Yalta: les transformations du développement

Cet article étudie certains aspects de la crise mise en route par le mouvement de réforme politique en Chine. Celle-ci se situe dans un contexte de transformations "tourbillonnaires" de l'ordre mondial dû à l'impact de "l'effet Gorbachev".

L'auteur analyse la crise politique qui s'est manifestée entre avril et juin 1989 ainsi que son point culminant: la décrétation de la loi martiale et ses effets sur la structure du pouvoir au sein de l'Etat chinois. Il observe les changements survenus au sommet du régime et les premiers moments d'une nouvelle étape qui débute par le licenciement du leader absolu, Den Xiao Xing, des postes qu'il occupait encore.

L'auteur envisage encore les possibilités de création d'un nouveau consensus national, guidé par l'impératif de la construction, dans un court délai historique, d'un mega-Etat. Cette possibilité signifierait une tendance contraire à celle de la conjoncture internationale, marquée par "l'hégémonie libérale".